



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Senado: Michelle Bolsonaro perde parte dos apoiadores para Sebastião Coelho após atrito com Flávio

■ As farpas disparadas pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro em direção ao senador Flávio Bolsonaro, ambos do PL, impactam agora o próprio segmento conservador nas eleições deste ano.

■ Diante do mal-estar que se instalou no seio da família Bolsonaro, uma ala da militância bolsonarista ensaia apoiar uma dobradinha inusitada na disputa ao Senado pelo Distrito Federal: o voto em Bia Kicis (PL) e no desembargador aposentado Sebastião Coelho, que é filiado ao partido Novo. Por essa composição, Michelle ficaria de fora.

■ O movimento ganhou força na internet após o desabafo público de Michelle sobre divergências com Flávio em relação às articulações partidárias. O vídeo divulgado pela ex-primeira-dama caiu como uma bomba na campanha do enteado.

■ Em diferentes plataformas na internet, militantes de direita têm sustentado que Michelle não deveria ter levado para o noticiário os embates internos com Flávio, pois tal iniciativa beneficiaria o presidente Lula, que busca a reeleição e tem justamente o filho Zero-Um de Bolsonaro como o principal adversário.

■ Esse bloco do segmento conservador defende o voto em Sebastião Coelho sobretudo por conta da posição crítica adotada pelo ex-magistrado em relação a ministros do STF como Alexandre de Moraes. Sebastião Coelho tem como uma das bandeiras de campanha atuar, no Senado Federal, para botar freio em magistrados da Suprema Corte.



DIVULGAÇÃO/PL MULHER

Ex-primeira dama Michelle Bolsonaro mantém pré-candidatura ao Senado pelo Distrito Federal

■ Essa ala simpática ao ex-desembargador também não digere o fato de Michelle ter chamado Alexandre de Moraes de “irmão em Cristo” dias antes de disparar contra Flávio.

■ Antes de se lançar ao Senado, Sebastião Coelho chegou a comunicar a decisão pessoalmente a Jair Bolsonaro e, mesmo filiado a outro partido político, recebeu das mãos do ex-presidente a medalha 3i (“ímbrochável, imorrível e incomível”).

■ A cúpula do partido Novo acredita ainda que o PL poderá abrir mão de uma das duas candidaturas ao Senado no DF (retirando Michelle Bolsonaro ou Bia Kicis) para fazer uma aliança com Sebastião Coelho, que envolveria também outras alianças nacionais.

■ Procurado pela coluna, Sebastião Coelho afirmou: “A minha candidatura ao Senado é irreversível, não importando quais outras candidaturas estejam colocadas”.

Tagliaferro diz que Nunes Marques escolheu aliado de Moraes para função no TSE

■ O ex-chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eduardo Tagliaferro, afirmou à coluna que o atual presidente da Corte, ministro Nunes Marques, escolheu um aliado de Alexandre de Moraes para o comando do setor.

■ De acordo com Tagliaferro, o advogado Frederico Franco Alvim participou da estrutura de trabalho montada por Moraes para promover uma suposta “inquisição” contra a direita.

■ Alvim chegou a chefiar a AEED entre fevereiro e agosto de 2022, durante a gestão do ministro Edson Fachin no comando do TSE. Ele foi substituído por Tagliaferro com a posse de Moraes. No entanto, teria permanecido no setor para atuar no monitoramento de publicações consideradas ofensivas ao processo eleitoral.

■ Segundo o ex-assessor de Alexandre de Moraes, que hoje vive na Itália, Frederico Alvim participou da elaboração de análises sobre fake news, do relacionamento com plataformas digitais e da produção de certidões relacionadas aos atos antidemocráticos de 8 de Janeiro.

■ Embora tenha elogiado a qualificação técnica de Frederico Alvim, Eduardo Tagliaferro afirmou que ele “cooperou com as decisões de Alexandre de Moraes” e executava as tarefas que lhe eram repassadas.

■ “Frederico Alvim participou da gestão de Alexandre de Moraes em 2022, que a gente sabe qual foi o resultado: uma gestão de inquisição e não de justiça, inquisição a qual apenas se aplicou ao público de direita”, afirmou o ex-chefe da AEED.

Deputado dos EUA cobra CIA e FBI por documentos sobre Caso Varginha no Brasil

REPRODUÇÃO



Deputado republicano Eric Burlison

■ O deputado republicano Eric Burlison, membro da força-tarefa da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos responsável pela desclassificação de segredos federais, pediu à CIA e ao FBI que informem ao Congresso se possuem documentos relacionados ao chamado Caso Varginha, ocorrido em janeiro de 1996, em Minas Gerais. O parlamentar também quer saber se ainda existe justificativa legal para manter eventuais registros sob sigilo.

■ Os pedidos foram formalizados em cartas enviadas aos diretores da CIA, John Ratcliffe, e do FBI, Kash Patel. Segundo Burlison, o objetivo não é confirmar qualquer alegação pública sobre o caso, mas verificar se o governo americano possui registros, relatórios, documentos sobre voos, transferências de materiais, comunicações com autoridades brasileiras ou outros arquivos relacionados ao episódio.

■ Na justificativa, o congressista cita recentes declarações atribuídas ao ex-ministro da Defesa Aldo Rebelo sobre o Caso Varginha. Para ele, essas manifestações reforçam a necessidade de o Congresso esclarecer se existem documentos oficiais envolvendo a atuação do governo dos Estados Unidos durante o período.

■ “Embora as cartas não peçam à CIA ou ao FBI que validem qualquer alegação pública específica, as recentes declarações públicas atribuídas ao ex-ministro da Defesa do Brasil, Aldo Rebelo, sobre o caso Varginha de 1996 ressaltam a necessidade de o Congresso determinar se existem registros do governo dos Estados Unidos, registros de voos, relatórios de cooperação com autoridades brasileiras, documentos de contratados ou registros de transferência de materiais”, afirmou Burlison.

■ Em relação à CIA, Burlison pede que a agência reveja documentos solicitados anteriormente por meio de

um pedido com base na Lei de Liberdade de Informação (FOIA). O requerimento buscava informações sobre voos do governo americano, transferência de materiais e eventual coordenação com autoridades brasileiras entre os dias 14 e 28 de janeiro de 1996, incluindo atividades na região de Campinas (SP).

■ O deputado lembra que, em resposta ao pedido de acesso à informação, a CIA afirmou, em janeiro de 2025, que não confirmaria nem negaria a existência de documentos relacionados ao caso, invocando dispositivos da legislação americana que permitem manter informações classificadas sob sigilo por razões de segurança nacional.

■ Ao FBI, Burlison solicita que a agência preserve eventuais registros, realize buscas em seus arquivos e informe ao Congresso se possui documentos, relatórios ou informações envolvendo servidores do governo dos Estados Unidos, cidadãos americanos, empresas contratadas pelo governo, aeronaves registradas no país ou qualquer outro interesse federal ligado ao episódio.

■ Segundo o parlamentar, a intenção é impedir que registros considerados historicamente relevantes permaneçam fora do alcance da fiscalização do Congresso em razão de classificações de sigilo, estruturas contratuais, falhas de indexação ou transferências de custódia entre órgãos do governo.